

MEMORIAL DA MINHA VIDA DE UNIVERSITÁRIO

IAPERI ARAUJO

Médico e Professor universitário.

É muito difícil escrever sobre minha participação na política universitária do meu tempo, pois apesar de decorrido mais de 40 anos, rememorar algumas coisas é reinventar sofrimentos. De 1964 a 1969, cursei Medicina na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, egresso do Colégio Marista e do Cursinho pré-vestibular do Professor Joel Dantas na Avenida Deodoro.

Aos 14 anos de idade, começando o curso secundário, por pedido do meu pai a um primo, Nei Marinho de Melo, entrei como funcionário de menor idade sem carteira de trabalho assinada, ganhando meio salário mínimo, no Diário de Natal, a princípio, para revisão de textos. Convivi nos Associados com importantes nomes do jornalismo e da política do Estado que desciam a avenida Rio Branco para longas conversas do final da tarde com Leonardo Bezerra, articulista político do jornal. Além de Luis Maria Alves, o nome mais expressivo do nosso jornalismo, convivi com João Neto, Cristovam Dantas, Aderbal de França, Newton Avelino, Paulo Macedo e políticos como Dinarte Mariz, Djalma Marinho, Theodorico Bezerra e muitos outros, enquanto ganhava novas funções no jornal. Mesmo de menor idade, era redator do noticiário nacional e internacional, revisor de textos, repórter policial e redator do jornal falado B5 da Radio Poti e quase sempre era responsável pela revisão final antes do jornal ser impresso, imensa responsabilidade concedida pelo Superintendente Luis Maria Alves.

O jornal era matutino e o primeiro número impresso tinha que passar por uma revisão final para evitar falhas nos títulos, nos textos e nas ilustrações. Era rodado um único exemplar e as máquinas paravam para que eu pudesse dar uma olhada geral e dar minha aprovação. Se tudo estivesse certo, era autorizada sua impressão.

O Diário de Natal, para fim foi uma escola fantástica. De vida, de convivência e de criatividade. Aprendi redigir e ter concisão nos meus textos.

Com essa formação, não foi difícil passar no meu primeiro vestibular, mesmo sobrecarregado de estudos e trabalho, com uma das melhores notas da redação. De manhã fazia a última série do curso científico no Colégio Marista, à tarde trabalhava no Diário de Natal e à noite fazia cursinho pré-vestibular na casa de Joel Dantas na avenida Deodoro. Fui o 25º. Colocado na turma do vestibular de 1964, numa concorrência de 209 candidatos para 25 vagas. Oito candidatos também foram aprovados e o Conselho Universitário autorizou suas matrículas, ampliando o número de alunos para 33.

No início das aulas, em março, o Reitor Onofre Lopes convidou o Ministro da Educação Julio Sampaqui para inaugurar o prédio da Faculdade de Medicina, oportunidade em que um grupo de estudantes, apoiados pelo Reitor, solicitou a ampliação do número de vagas na Faculdade, aproveitando-se os alunos que haviam sido reprovados em uma única matéria, sob o compromisso de fazerem uma nova prova, meses depois.

Dessa forma, entraram mais 25 vestibulandos em Medicina, ampliando a turma para 58 alunos.

Dias depois, irrompeu o golpe de 1º de abril. Cheguei na Faculdade para aula de Anatomia e encontrei tudo parado. Entramos no anfiteatro enquanto aguardávamos a aula, quando chegou um grupo de veteranos como José Arruda, Maria Laly Carneiro e Francisco Floripes Ginane anunciando o golpe e a tentativa de deposição do Prefeito constitucional de Natal, Djalma Maranhão, convidando-nos para ir até a Prefeitura onde estava montado o Quartel da Legalidade, para resistir. Alguns foram pra casa, outros seguiram em busca de mais notícias. Eu e um grupo deixamos nossos livros e batas nos armários e fomos pra rua. Eu ia pra casa. No caminho, entramos no restaurante universitário onde também funcionava o DCE, na avenida Deodoro para ouvir as notícias, numa velha radiola de pernas finas, como mandava a estética funcional da época. A Rádio sintonizada era a Mayrink Veiga que da exortação pela resistência inicial, passou a porta-voz do movimento golpista. Uma emissora de rádio de Natal anunciou a ocupação da Prefeitura e a prisão do Prefeito e alguns auxiliares

Decepcionados, saímos do restaurante, enquanto os soldados do Exército já cercavam o prédio e mandavam a gente dispersar.

Com Laíre Rosado, meu colega de turma que estudava comigo desde o terceiro ginásial, saímos pela Deodoro e entramos na casa do Dr. Aldo Medeiros, tio de Laíre, coincidentemente cônsul honorário do Chile, para continuar a ouvir o noticiário. Depois, fui pra casa com uma estranha sensação de vazio.

Não tenho mais lembranças desses dias tenebrosos, nem da inquisição instalada na Universidade. A gente sabia através de vagas informações da prisão dos colegas Ginani, Lali e Arruda, mas como eram de turmas bem mais adiantadas, sem qualquer contato conosco, as coisas eram muito distantes. Soubemos da posição firme do Reitor Onofre Lopes, negando-se a relacionar os professores ditos comunistas, dizendo não ser essa sua função como Reitor. Circulava até uma história, nunca provada, de que impedira um oficial do Exército a entrar na Reitoria, alegando que o ingresso na Universidade era sempre por concurso vestibular.

Como meu irmão Iaponi trabalhava na Diretoria de Documentação e Cultura – DDC da Prefeitura de Natal que era dirigida por Mailde Pinto e como a devassa militar atingiu todos os setores da Prefeitura, com prisões e denúncias, acompanhei todos esses acontecimentos, principalmente a prisão de Mailde e sua libertação, e a transferência de Moacir de Góis e Conceição para o sul do país.

Isso tudo, pela amizade do meu irmão e solidariedade, que transformou-se em amizade.

Desde o primeiro ano de Medicina, com a eleição da primeira Diretoria após a intervenção dos militares, no Diretório Acadêmico Januário Cicco, passei a integrá-lo como Secretário. O Diretório Acadêmico era muito recente. A Faculdade estava diplomando em 1964 a sua quarta turma, e o prédio acabara de ser inaugurado. Organizamos tudo nesses anos, a Biblioteca, a parte social e nossa participação política, principalmente nos trotes de admissão dos novos acadêmicos, onde externávamos nossa insatisfação com a política do Governo para com os estudantes e as Universidades, com críticas diretas e na grande maioria, com textos irônicos, como aquele, declarado pelos militares, de que a função do estudante era estudar.

Sofremos muita repressão pelos trotes. Na maioria das vezes, o Delegado de Ordem Política e Social vistoriava pessoalmente os textos que seriam expostos nos trotes, censurando-os, e que a gente negociava cada um deles. Eu, como Secretário do Diretório e criativo era sempre o encarregado de pintar os cartazes e ajudar na criação.

Além da censura da DOPS, algumas vezes o Reitor ou o Diretor da Faculdade resolviam examinar nossos cartazes, muito mais como prevenção e conselhos para que a gente não ficasse exposto à repressão, pois mesmo com a censura a gente escondia alguns cartazes para serem apresentados de improviso nas passeatas dos trotes, burlando a repressão e a censura.

Como a repressão fosse cada vez mais intensa, quanto mais endurecia o regime, acabamos por descambar no trote pornográfico que culminou com um deprimente espetáculo de cartazes expostos no muro da atual catedral, na época, ainda em construção, após terminado o trote, que o Reitor Onofre Lopes mandou recolher por um carro da Reitoria, em nome da moral e dos bons costumes.

O desencadear do endurecimento do regime paradoxalmente, fez revitalizar as atividades políticas dentro da Universidade e foi sem dúvida alguma o episódio dos excedentes, em fins de 1967, quando um grupo de alunos, aprovado no vestibular não foi admitido na Faculdade, por não existirem vaga que precipitou essa atuação política mais intensa.. Na época, além de me manter no Diretório de Medicina, havia sido eleito, numa chapa independente, vice-Presidente do DCE. Ivaldo Caetano de Direito, fora eleito Presidente. Fizemos uma intensa mobilização da sociedade, organizamos passeatas em cujo bojo, estavam registradas nossa insatisfação com a política do governo militar, com os decretos repressivos e o acordo entre o MEC e a USAID que instituiu um modelo americano para as Universidades brasileiras.

No final de tudo, o Senador Dinarte Mariz conseguiu que a Universidade do Amazonas recebesse os excedentes de Medicina do Rio Grande do Norte, conseguindo ainda uma dotação do Orçamento da União para reforço orçamentário àquela Universidade.

Essa movimentação política dos estudantes universitários resultou em intensificação da repressão. Respondi a vários inquéritos policiais-militares - IPMs, sob alegação de incentivo a greves, passeatas proibidas solidariedade ao movimento estudantil e manifestações de caráter político.

Isso não nos arrefeceu, pois defendíamos a autonomia da Universidade e a liberdade de expressão dos estudantes como qualquer cidadão, contrariando o Decreto 147 do Governo Federal, além de expressarmos nossa posição contrária aos acordos considerados lesivos à soberania nacional como os celebrados entre o MEC e a USAID.

De quebra, protestávamos contra a presença americana no Vietnam, o que considerávamos uma intervenção indevida, como faziam os estudantes em todo o mundo.

Por conta dessas atividades políticas, respondi a diversos inquéritos policiais-militares, inclusive no Quartel da Polícia Militar e no Quartel do 16 RI, onde notabilizou-se a truculência do Capitão Lasmar, que nos aterrorizava com suas ameaças.

No ano de 1967, fizemos uma campanha defendendo o direito de distribuir nossas carteiras estudantis que a Prefeitura avocara para si. Isso resultou em várias manifestações, inclusive passeatas e confrontos com a Polícia, pois toda a movimentação estudantil era considerada um movimento subversivo e portanto contrário ao governo militar.

Nesse mesmo ano, o Governo federal resolveu reestruturar os Diretórios das Universidades, no bojo da decisão de colocar a UNE na ilegalidade. O Ministro Tarso Dutra criou um Diretório Nacional de Estudantes e marcou uma reunião para Natal. Todos os Diretórios das Faculdades e o Diretório Central se uniram contra o evento promovido pelo governo e numa manobra política, conseguimos convencer a várias delegações de outros Estados, já em Natal a não comparecer a abertura que contava até com a presença do Ministro. O encontro foi um fracasso. O ministro nos procurou e numa reunião na Reitoria assegurou as boas intenções do Governo militar, que não acreditamos. Dessa forma, a tão falada reestruturação das representações estudantis a nível nacional gorou, por exclusiva ação dos Diretórios Acadêmicos do Rio Grande do Norte.

Vale acentuar que mesmo participando da vida política estudantil, sempre cumpri minhas obrigações como estudante de Medicina, dando plantões e trabalhando voluntariamente em Ceará Mirim sob supervisão do Professor Murilo Barros.

Além disso, atuei de forma intensa nos movimentos culturais da Universidade, havendo realizado em 1965 um Festival de Cultura, no Palácio dos Esportes com apresentações de números de música, danças e folclore e a realização de concursos literários. Comigo estavam engajados nesse trabalho, Margarida Bezerril, Zuleide Teixeira, Elizabeth Bittencourt, e Vitória dos Santos Costa. Em 1966, já havendo criado o TONUS, Teatro Novo Universitário, vez que o nome Teatro Universitário estava proibido pois remetia a um grupo anterior ao golpe de 64, engajado com os CPCs da UNE, realizamos um novo Festival, desta vez na Escola de Música da UFRN na rua Potengi ao lado do Palácio dos Esportes, onde apresentei um espetáculo de minha autoria chamado "Aruanda", contando com a participação de Adrimaria Rocha, Ivoncisio Medeiros, Mirabeau Dantas e Zara Cortez.

Esse espetáculo baseava-se muito no tipo do grupo "Opinião" do Rio de Janeiro, fazendo colagens de textos e músicas engajados com os movimentos sociais.

Em 1968, em pleno endurecimento do regime, resolvemos encenar a peça "As Troianas" de Eurípedes, adaptada por Jean Paul Sartre e reinventada por nós do Tonus, mesclando elementos de vanguarda para adequá-la à época. O Diretor da peça foi Carlos Furtado e participaram da montagem na parte técnica, Frederico Marcos, nas fotos e slides, Marcos Silva que desenhou o cenário, uma imensa máquina cheia de engrenagens com um poema-processo móvel, que falava de paz e pus. Quando os vencedores, gregos entravam em cena, viravam o painel para pus. Quando os vencidos, troianos chegavam, viravam para Paz. Joel Carvalho fez a música incidental utilizando vibrações metálicas e sons de bolas caindo. Eu desenhei os figurinos e fiz o programa, impresso na Editora Universitária onde trabalhava como estagiário/bolsista. O elenco era composto pelo próprio Carlos Furtado e mais Rosa

Massena, Diva Cunha, Elizabeth Bittencourt, Fatima Farias, Selma Bezerra, Adrimaria Rocha, Margarida Bezerril, Marcos Silva, Tereza Neuman, José Bezerra Marinho, e Gileno Guanabara.

O cartaz era uma xilogravura que fiz com dois perfis de mulheres, estilizados em cores vermelha e preta. Mas o programa trazia explícitas críticas ao governo, pois transcrevia trechos de Eurípedes que nós identificávamos com ilustrações de fotos de jornais, atualizando-os. Por exemplo, quando o texto de Hécuba falava que seu filho era um menino e não ameaçava a soberania dos gregos, a ilustração era o cadáver do estudante Edson Luis, morto pela repressão, numa invasão ao restaurante Calabouço da UNE. No texto "foi de lá que eles partiram a vez primeira para invadir a Ásia", ilustramos com uma foto do Presidente Lyndon Johnson e quando dizia que ele (o príncipe troiano) fora herói contra sua vontade, colocamos uma foto de Guevara, essa, censurada que substituímos por um texto que dizia: "aqui havia a foto de um guerrilheiro".

A peça ousava ainda quando não utilizava figurinos tradicionais de saias e túnicas gregas. Os soldados vestiam macacões amarelos e sua bandeira era um cogumelo na dualidade bomba atômica/ cogumelo alucinógeno, como quisemos fosse a interpretação de Cassandra, a vidente alucinada que saía vestida de hippie, tendo em suas mãos, não um facho de fogo, mas uma lanterna de pilhas. No palco, além do grande poema/máquina, haviam rolos de arame farpado como barricadas de um país em guerra e dezenas de metros de faixas com referências à paz, extraídas de textos da Bíblia. Essa faixa deveria cobrir todos os balcões dos camarotes e terminar sobrando no palco, mas o Diretor do Teatro, Meira Pires, mesmo sabendo serem textos da Bíblia, mandou que fosse retirada, alegando ser norma do Teatro a não permissão de cartazes ou faixas nos balcões. Acabamos jogando toda a enorme faixa no palco, durante a encenação.

Isso tudo passou despercebido pela repressão, mas com receio, fizemos uma única apresentação, apesar do grande investimento em cenários, áudio-visuais e figurinos.

Vale ressaltar que além disso tudo eu ainda participava dos movimentos culturais da cidade. Em 1963, fiz parte de uma exposição coletiva de poesia ilustrada, a minha primeira, na Galeria de Artes de Natal, na Praça André Albuquerque, ao lado do Palácio do Governo. Integrei o grupo dos Novíssimos, com Marcos Sá, Dailor Varela, Eduardo Pinto e Carlos José. Integrei o movimento dos poetas-processo, participei dos concursos literários e em 1964, no primeiro ano do prêmio Câmara Cascudo da Cidade do Natal, fui classificado em 3º. Lugar atrás somente dos poetas Newton Navarro, o premiado e Nei Leandro de Castro.

Participei dos Festivais de músicas de Natal e no primeiro, tive logo uma música censurada pela Polícia Federal, pois chamava-se "cordão do verde-amarelo", muito parecida com uma de Caetano Veloso em plena fase tropicália. Depois, ganhei o segundo lugar no Festival dos Diários Associados e Adrimaria Rocha que cantou minha música, recebeu o troféu de melhor intérprete. No SESC, onde Rejane Serejo organizava as ExploSESC, ganhei o terceiro lugar e o troféu de melhor letra.

No quinto ano de Medicina, em pleno 1968, diminuí minhas atividades culturais, pois o penúltimo ano de Medicina e as atividades políticas do Diretório e do DCE, tomavam muito tempo.

Todas as atividades do Diretório eram monitorizadas por um funcionário, Ivan Benigno que a gente sabia ser um informante do Quartel General e que quase todas as tardes passava diante da minha casa na rua Açú, bem devagarinho, me vigiando.

Aí aconteceu a crise do Restaurante Universitário. O Diretório Central de Estudantes funcionava no prédio do restaurante na rua Deodoro, e era o local onde a gente fazia reuniões. Desde 1967 eu participava das diretorias, como Secretário e depois como vice-presidente. Por denúncias dos usuários, a gente foi ao Reitor reclamar da qualidade da alimentação. Sabíamos que a Reitoria comprava alimentos de boa qualidade, mas os fornecedores entregavam de qualidade bem inferior, com a conivência dos encarregados, provavelmente sob propina. Não sei o que aconteceu, mas provavelmente a investigação da Reitoria não deu em nada, contrariando todas as evidências. Fizemos uma greve e manifestações de protesto e acabamos ocupando o restaurante e desalojando os funcionários e encarregados. Foi uma ocupação pacífica, visando muito mais chamar a atenção da população para o problema, em busca de uma solução. A Reitoria apelou para a Polícia e foi inevitável o confronto. Os universitários saíam de porta em porta, solicitando a doação de gêneros para que o

restaurante continuasse a fornecer comida para os universitários. As colegas passaram a cozinheiras e a gente coletava nas ruas comida, garrafas e latas vazias para vender e comprar gêneros. Isso deu numa confusão danada. A Polícia violentamente desalojou os universitários do restaurante, ocupando-o. O Secretário de Segurança, Ulisses Cavalcanti deu entrevistas aos jornais, acusando-nos de subversivos e terroristas e ilustrava suas declarações com as garrafas vazias que seriam vendidas para compra de alimentos, como se fossem para preparar coquetéis molotovs e as bolas de ping-pong da área de jogos do restaurante como “potentes granadas”. Mais uma vez lá fui eu responder a inquérito policial militar.

A UNE resolveu realizar seu Congresso em Ibiúna e seria uma reunião secreta com mais de 3.000 estudantes. O DCE reunido resolveu mandar dois representantes. José Bezerra Marinho, de Direito e João Maria Ruivo, de Medicina, este, acho, por ser paulista. Não conhecíamos ligação política alguma deles, com correntes partidárias clandestinas, mas participavam dos movimentos políticos estudantis dentro da Universidade.

Não foi sem surpresa que soubemos do cerco e prisão de todos que estavam em Ibiúna e foi chocante ver na capa da VEJA, na carroceria de uma camioneta, um grupo de estudantes sendo levados para a triagem da Polícia Federal e lá em cima, José Bezerra Marinho.

O Capitão Lasmár, do Exército, aproveitou para fazer novas ameaças, prometendo maltratar os colegas presos.

Nessa época, a Reitoria resolveu patrocinar uma encenação do TONUS e chamou um diretor de fora e organizou um elenco diferente daquele inicial que enfrentou a repressão e os governos militares. A peça escolhida foi “O Inspetor Geral” de Gogol, que conta a história de um vivaldino que se faz passar por um inspetor geral em visita a uma pequena cidade, para obter vantagens e que se passa na Rússia dos Czares. Olinto Rocha e Vera Rocha, ambos de Medicina foram os protagonistas. Não participei de forma alguma da encenação, até porque era precedida por um curso sobre teatro e que não tive tempo de participar. Mas, como estagiava na Editora Universitária, fui responsável pela confecção do cartaz, utilizando uma linóleo-gravura de Irani, meu irmão, como ilustração.

Mesmo não tendo qualquer participação, fui denunciado em Inquérito Policial Militar e no meu Sumário de Culpa, lido no Quartel do 16 RI, na presença de outros indiciados e do meu advogado dr. Varela Barca, foi lido o depoimento de uma das testemunhas, o sr. Carlos Rios Mendes que quase textualmente dizia “informa, por ouvir dizer que Iaperi Araújo tentou dar um cunho subversivo à peça Inspetor Geral...” Minha única iniciativa, no Sumário de Culpa, foi perguntar pelo meu advogado ao juiz, para a testemunha se ele conhecia a peça, “O Inspetor Geral” pois não havia forma alguma de dar esse caráter a um texto de Gogol que encarnava uma situação do século XIX. Mesmo assim, sem qualquer outra citação em todo o processo fui indiciado e mandado para julgamento em Recife na Auditoria Militar do Cais do Apolo.

Viajei a Recife de avião, pela primeira vez na vida. Junto comigo, José Bezerra Marinho, com uma perna engessada. Tenho vagas lembranças de como cheguei a Auditoria Militar. Se fui fichado antes ou depois do julgamento. Sei que em grupo fomos até o Quartel do IV Exército, no Recife e todos foram fichados. Coloquei meus dez dedos em dez fichas ou seja, “toquei piano” 100 vezes. Na Auditoria Militar o clima era muito austero. Parecia uma encenação surreal. Doutora Mércia Albuquerque era nossa advogada. Tenho poucas lembranças das cenas. Parece até que não interrogaram a gente. Desse processo, saí indiciado em cinco artigos da Lei de Segurança Nacional, que tive o cuidado de anotar num pedacinho de papel que ainda guardo e cuja cópia anexo.

Com a edição do AI-5 o pânico instalou-se na Universidade. Houve um refluxo das atividades políticas no meio universitário e principalmente nos Diretórios. As prisões de Marinho e Ruivo foram muito sentidas.

O ano de 1969 decorreu sem muito envolvimento político. Eu cursava o último ano de Medicina e praticamente não tinha tempo prá nada, pois as atividades nos hospitais como doutorando e os plantões muito freqüentes tomavam quase todo o tempo que dispunha.

Desde 1968 que havia conseguido uma bolsa de trabalho, remunerada, na Editora Universitária, pois eu mexia com artes gráficas, desenhando cartazes e capas de livros, inclusive de todos os livros de memórias de Câmara Cascudo e que foram editados pela Universidade.

Por conta de minhas atividades como doutorando de Medicina, minhas idas a Editora eram muito rápidas, mas diurnas, até por minha condição de bolsista.

Num final de tarde, de uma sexta feira, acho que de setembro, fui surpreendido pelo Diretor da Editora, professor Geraldo Batista que muito apreensivo me procurou nas oficinas, informando-me da presença de agentes da Polícia Federal que me procuravam. Sem ter qualquer ideia do motivo da visita, segui com eles numa rural Wyllis pela avenida Hermes da Fonseca até o Quartel do 16º. RI. No Corpo de Guarda, dentro do Quartel, me fizeram descer e os agentes dirigiram-se ao oficial de dia, dizendo apenas, "é esse o homem." O oficial me apontou o caminho e segui com ele, ouvindo atrás de mim se formar uma patrulha armada que seguiu-me pelas alamedas do Quartel. De súbito, dos corredores, após uma curva, divisei uma placa "Cadeia" e sem dizerem nada, abriram uma porta de grades e fui mandado entrar numa pequena cela que mal cabia uma cama, restando meio metro na lateral para circulação. Parecia uma encenação surrealista. Num final de tarde, o sol se pondo, os barulhos dos insetos na mata das dunas da via costeira, bem próxima e sem qualquer explicação eu estava sendo preso, restando menos de três meses para concluir minha Faculdade de Medicina.

Fiquei perplexo e só. Tentei buscar nas minhas memórias a razão daquele fato, o que fizera ou o que não fizera. Nada. Nada era minha lembrança. À noitinha serviram o jantar. Dormi como um inocente, pois mesmo buscando na memória não encontrei qualquer razão para aquela prisão. Na cela ao lado, o estudante secundarista João Bosco Teixeira, preso muito antes. A rotina da prisão era uma sequência de horas intermináveis. Alguns oficiais de dia vieram me ver. Antigos colegas do Colégio Marista que cursavam o NPOR. Depois soube que alguns haviam sido repreendidos, pois minha condição era de incomunicabilidade. Minha família, que não sei como havia tomado ciência de minha prisão, mandou-me um livro de Obstetrícia, a única literatura que me permitiram acessar. A comida era de praça. Um arroz ligado, feijão e carne, algumas vezes frango. Uma fruta. O banheiro era fora da cela e todas as vezes que precisava usá-lo, chamava o guarda. Depois de três dias de prisão, tive alucinações. Talvez por haver lido um texto sobre Cecília Meireles que falava do seu amor pelo padroeiro do Rio de Janeiro, em um depoimento na hora de sua morte: "São Sebastião em África, o padroeiro do Rio de Janeiro morto por flechas douradas. Que motivo lindo para um poema." Na minha visão do final da tarde, o padroeiro de Floranea, me dirigia palavras de consolo. Essas alucinações registrei em um diário, que escondi sob o colchão da cama e quando fui libertado, esqueci de resgatar. Ficou perdido.

Na segunda ou terça feira, um Capitão apresentou-se para fazer algumas perguntas. Mostrou-me um texto com o título "O Brasil está morrendo?" e perguntou-me a autoria. Mostrei a ele que o texto estava com minha assinatura e por conseguinte eu era o autor. Informei que o havia escrito há mais de um ano para um jornal do Diretório de Medicina, no mimeógrafo da própria direção da Faculdade e que por alguma razão a gente havia esquecido e como não fora terminado, ficou o texto jogado no almoxarifado da Faculdade. O capitão informou então que alguém levava o texto ao General Comandante da Guarnição, como um panfleto que ia ser distribuído contra o Governo, mesmo sendo assinado por mim. Informaram ainda que era coisa recente e não de mais de um ano atrás. Mostrei a ele que o texto não trazia críticas ao Governo, mas a situação do Brasil, pois era um trabalho técnico que comentava sobre os alarmantes índices de doenças que atingiam os brasileiros, com elevada mortalidade tanto infantil quanto materna ou de adultos, enquanto o povo era estimulado a acreditar em vitórias da seleção de futebol ou nos concursos de misses. O texto terminava com o título de uma canção de Caetano Veloso que era moda e que remetia a Roma dos Césares: *Panis et circensis*. Esta frase foi que perturbou mais o Capitão pois não a entendia no contexto do meu artigo e eu não quis detalhá-la.

Na quarta feira o Capitão me apanhou na cela do 16 RI e me levou para o Quartel do RO em Santos Reis. Diante de um escrivão tomaram meu depoimento. Depois ele me disse que eu estava livre e num jipão do Exército me levaram para casa, passando primeiro pelo 16 RI para apanhar minhas coisas. Nessa pressa de ser liberto, esqueci sob o colchão da cama, os registros de minha prisão. O capitão é que me informou da denúncia que fizeram de mim ao General e de que me livrara pois entre a data da impressão do meu artigo e minha prisão eu já havia respondido a um inquérito – aquele do Recife – e havia sido absolvido.

Depois soube do envolvimento dos meus amigos e de políticos do Estado em minha defesa, para minha libertação. Rubens Santos e Eduardo Moura, colegas de Faculdade, mas de turma mais nova, se arriscaram a ir ao Quartel General, pedir por mim aos militares e foram

ameaçados de prisão. O professor Geraldo Batista, ao me ver preso dentro da Reitoria, procurou imediatamente o Reitor Onofre Lopes que indignado chamou o professor Genário Fonseca, ligado aos militares e que seria depois Reitor, para que ele transmitisse ao Comando Militar sua indignação pela prisão de um estudante dentro da Reitoria, sem nenhum comunicado. Os agentes federais, ao me prenderem, informaram ao professor Geraldo Batista que eu estava sendo levado para o QG para prestar informações, mas na verdade me levaram para o Quartel do 16 RI, para a prisão

Minha família toda se mobilizou junto aos políticos. O Senador Dinarte Mariz que era hóspede de um genro, dr. Aldo Medeiros, quase em frente lá em casa na rua Açu, e que era amigo pessoal do meu pai, foi procurado e deu vários telefonemas pra Brasília, inclusive para um General Dagoberto, que era conterrâneo. A imprensa não noticiou nada. Tudo era censurado, mas recebi muita solidariedade após minha liberação.

Apesar de tudo em 12 de dezembro de 1969, na praça Pedro Velho e na primeira solenidade única, coleei grau em Medicina. Logo depois, iniciei minha Residência Médica em Toco-Ginecologia na Maternidade Escola Januário Cicco, mas como fui informado que a carreira universitária estava vedada para mim, não vi razão para cursar mais um ano, sem qualquer perspectiva no Magistério Superior que era meu sonho e atendi um convite da Fundação SESP (Serviço Especial de Saúde Pública, atual FUNASA – Fundação Nacional de Saúde), para trabalhar como médico generalista em Currais Novos, acumulando a supervisão do programa de tuberculose em Caicó que estava sendo encerrado e a supervisão da Unidade de Santa Cruz.

Durante um ano cumpri fiel e assiduamente minhas funções, trabalhando inclusive com a comunidade num programa de assistência médica simplificada na zona rural e supervisionando o trabalho de mais de 90 parteiras curiosas de toda região do Seridó, fornecendo informações técnicas, distribuindo material esterilizado para o parto na zona rural e recebendo delas informações sobre nascimentos, para registro e visitação domiciliar para a aplicação do calendário de vacinas.

Após um ano de trabalho, em Currais Novos, em 1971, fui ao Rio de Janeiro onde entrei em contato com os serviços de Cirurgia Plástica, principalmente da Beneficência Portuguesa, onde um conterrâneo, Dr. Assunção de Macedo, chefiava o serviço, em busca de pós-graduação.

Estando no Rio, fui surpreendido por um telefonema de meu pai, transmitindo-me um convite do Professor José Cortez Pereira de Araújo que acabara de ser empossado Governador, por indicação dos militares, para integrar sua equipe de Governo na Secretaria Estadual de Saúde Pública.

Pesei as alternativas e resolvi retornar do Rio de Janeiro. O Governador Cortez Pereira estava montando uma equipe toda jovem, de técnicos da Universidade, envolvidos com uma nova visão de desenvolvimento econômico-social. Por esta razão, fui designado para uma pós-graduação em Recife, onde num órgão chamado CRIEHSP, fruto de convenio entre a SUDENE e a Universidade Federal de Pernambuco, cursei Administração e Planejamento em Saúde Pública, com os melhores técnicos do Nordeste.

Retornando a Natal, assumi a Diretoria de Planejamento da Secretaria de Estado da Saúde Pública, cargo comissionado CC3, mas como o setor de planejamento que vinha funcionando desde o Governo Walfredo Gurgel tinha uma equipe muito afinada em torno do seu criador Dr. Jamil Varela Cardoso, minha indicação era somente formal. Na verdade assumi a Chefia de Gabinete que equivale ao cargo de Secretário Adjunto, havendo respondido por várias vezes, pela titularidade do cargo, como foi publicado no Diário Oficial (anexo).

Implantei diversos projetos na Secretaria, inclusive no que resultou na construção e funcionamento dos Hospitais Regionais de Canguaretama, Goianinha, São Paulo do Potengi e Pendências, no re-equipamento dos postos de saúde, no programa de suplementação alimentar (leite) da UNICEF e instalei a primeira Central de Medicamentos – CEME, hoje UNICAT, sendo por seis meses seu primeiro titular. Fui responsável pela integração de mais de 60 mini-postos de saúde na zona rural e da implementação das ações básicas de saúde no POLONORDESTE, programa financiado pelo Banco Mundial, que incluía inclusive ações educativas para o planejamento da família.

Por conta desse trabalho fui a Nova Iorque participar de uma reunião internacional de técnicos em administração e planejamento de saúde pública, representando o Brasil junto com o Secretário da Saúde Pública do Estado do Espírito Santo.

Por conta de minha amizade pessoal com o Governador Cortez Pereira, era seu interlocutor na área da saúde pública, depois do Secretário Genivaldo Barros. Quando o Professor Cortez Pereira planejava alguma coisa fora do convencional, era a mim que chamava. Assim, no final do seu Governo, conseguiu recursos do Ministério da Saúde para complementar a rede de postos de saúde, para todos os municípios do Estado. Como não houvesse mais tempo para convidar cada Prefeito a vir a Natal para assinar os convênios, fui com ele de helicóptero, município a município – creio que uns 20 – junto com Américo, um Diretor do BANDERN, assinando os convênios, pagando com um cheque que o Diretor do BANDERN imediatamente trocava e assim foi feito.

Em diversas ocasiões, o Governador Cortez Pereira me confidenciara que seu Secretário de Segurança Pública, coronel Rubens Pereira advertia-o de que minha presença em sua equipe de Governo desagradava os militares, por conta de meus antecedentes como liderança estudantil e por haver respondido a vários inquéritos (IPMs), apesar de absolvido em todos. Recomendava até, minha demissão. O Governador dizia-me que relevava tudo, pois creditava isso ao excesso de zelo do seu Secretário.

Em 1971, atendendo apelo dos estudantes da Casa do Estudante do Rio Grande do Norte que funcionava no antigo Quartel da rua da Salgadeira, apelei ao Governador que ajudasse a instituição que sofria de crônica falta de assistência médica e que passava por uma forte epidemia de gripe. O Governador, pessoalmente, recomendou-me reformar uma sala da Instituição e designar um médico para assistência permanente aos internos da Casa. Como o quadro de profissionais da Secretaria fosse pequeno, fiz ver ao Governador da impossibilidade de fazê-lo ao que ele me respondeu com um desafio, propondo que fosse eu o médico dali.

Meses depois, ao inaugurar o Serviço Médico da Casa do Estudante, fui surpreendido quando o Governador ao descerrar a placa, aparecia meu nome como patrono daquele serviço.

Por essa razão e sem vínculo empregatício e sem qualquer remuneração, até o ano de 1992, ou seja, por 21 anos, servi à Casa do Estudante do Rio Grande do Norte, como médico e muito mais que isso, como Conselheiro e reivindicador de melhorias para a Instituição junto às autoridades e ao governo.

Em 1974, com a posse do Governador Tarcisio Maia, continuei na Secretaria da Saúde Pública, com o mesmo cargo e as mesmas atribuições, havendo sido designado substituto eventual do Secretário, na época Lavoisier Maia, que acumulava com a Secretaria de Interior e Justiça.

Em 1976, por questões de compatibilidade de horários e por já me encontrar como Professor Universitário de caráter efetivo e por concurso público, solicitei exoneração do Cargo Comissionado na Secretaria da Saúde, permanecendo com Técnico "A" de provimento efetivo, para o qual fora nomeado em 1973. Por querer dedicar-me à Universidade, posteriormente solicitei licença sem vencimentos, do cargo efetivo de Técnico Especializado "A", no que fui atendido, pelo prazo de um ano. No ano seguinte, fui renovar a licença, mas fui surpreendido pela funcionária que disse-me somente poder fazê-lo se eu fosse conversar com o Secretário. Sabendo de suas inúmeras ocupações e desconhecendo o motivo da conversa, relutei em atender o convite e mesmo assim solicitei a prorrogação da licença, sendo surpreendido depois com minha demissão "a pedido", sem realmente tê-lo feito.

O interessante é que nesse mesmo período, como pode-se constatar pela cópia da correspondência anexa, na Universidade houve uma verdadeira "caça às bruxas", com solicitação de atestados e depoimentos sobre a ideologia de alguns professores que tinham antecedentes políticos e de liderança estudantil.

O Professor Leide Moraes, que dirigia a Maternidade Escola Januário Cicco, e que também chefiava o Departamento de Toco-Ginecologia onde eu era lotado, recebera um pedido de informação da ASI (Assessoria de Segurança e Informações), que era vinculada ao SNI, para informar os passos dos professores que tinham antecedentes políticos. A solicitação – como sempre – fora verbal, para não deixar rastros e o Professor respondeu com um documento em que se esmerava em defender-me, preservando assim minha posição na Universidade e na Maternidade Escola, onde por 18 anos fui seu assessor direto.

Em 1989, por indicação do jornalista Vicente Serejo à Prefeita eleita de Natal, professora Vilma Maria de Faria, fui nomeado Secretário Municipal de Cultura. Na verdade, Serejo fora convidado, mas abdicara da indicação, sugerindo o meu nome. Mesmo procedimento que fez, anos depois, quando fui escolhido para presidir a Fundação José Augusto, conforme seu depoimento nas crônicas que escreve para o Jornal de Hoje.

Por um ano fui Secretário da Cultura de Natal, até que a Prefeita resolveu fazer uma reforma em sua administração, extinguindo a Secretaria Municipal de Cultura que foi incorporada à Secretaria Municipal de Turismo. Fui convidado para presidir o Conselho Municipal de Cultura, com status de Secretária. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo ficou com o jornalista Paulo Macedo. Não aceitei o convite e voltei para a Universidade.

Em 1991, com a posse do Governador José Agripino, assumi a Presidência da Fundação José Augusto, realizando um trabalho de resgate da cultura e da cidadania, reestruturando o sistema de museus do Estado, a Escolinha de pintura e a Escola de Música e inaugurando as novas instalações da Cidade da Criança, destinada ao lazer cultural da Cidade, com Biblioteca Infantil, Estação das Ciências, Museu do Brinquedo Popular, Casa de Fazenda e uma intensa programação cultural aos domingos com apresentações de bandas, grupos de danças e de folclore, animação infantil, teatrinho e cinema.

No ano de 1994, próximo de encerrar meu mandato, fui surpreendido por uma ação parlamentar do deputado Lauro Bezerra, que disse-me ser candidato a deputado federal e que precisava estar na mídia, propondo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar minha administração. Vale acentuar que nos quatro anos de Governo, a Fundação José Augusto nada recebeu dos cofres do Estado para investimentos ou custeio. O Estado repassava apenas a folha de pessoal e a entidade sobrevivia da parca arrecadação dos ingressos à Fortaleza dos Reis Magos e as mensalidades das escolas de artes.

A CPI colocou a Fundação José Augusto, na mídia negativa e fui praticamente linchado perante a opinião pública, mesmo havendo no final concluído minha lisura no trato com o patrimônio do Estado. As distorções apontadas, todas foram corrigidas, mas ficou na opinião pública o escândalo valorizado pela imprensa.

Mais uma vez voltei à Universidade onde por concurso exercia a função de Professor Adjunto, titular de Clínica Obstétrica.

Em 1997, por nomeação do Reitor Ivonildo Rego, assumi a direção da Maternidade Escola Januário Cicco, com mandato de dois anos, concluído em junho de 1999.

Lotado no Departamento de Toco-Ginecologia que funciona num anexo da Maternidade-Escola, continuei exercendo o Magistério Superior, com 30 anos de exercício efetivo, sendo Coordenador do programa de Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia e Presidente da Comissão de Residência Médica da Maternidade Escola Januário Cicco, com um trabalho permanente, não somente no ensino da graduação e pós-graduação em Medicina, mas também como médico, atendendo pacientes não-contribuintes no ambulatório (consultas), nas salas de partos e nas salas de cirurgia.

Essa minha vivência profissional fortaleceu grandemente meu espírito. Católico por formação e educação religiosa, sempre tive crença na misericórdia divina e sempre exerci meu ofício com a paz na minha consciência, julgando estar fazendo o bem às pessoas.

As injustiças e os erros que possa ter cometido, não atribuo a ninguém nem me deixaram mágoas ou ressentimentos. São apenas cicatrizes que o tempo se encarrega de tornarem quase imperceptíveis, mas serviram de lição na minha vida.

Volto a reafirmar que esse depoimento escrito é muito doloroso, por revolver memórias. Desejaria que nunca fosse dado a público, pois de tão íntimo é parte de mim mesmo que não interessa a sociedade.

Se foi doloroso para mim escrevê-lo e rememorar fatos, deixa-me ao final, uma alegre satisfação de haver feito um exercício de catarse, uma purificação da alma que sentindo-se limpa, torna-se também mais leve.

Em Natal, aos 22 dias de janeiro de 2004



“ SAIAM TODOS, O DCE ESTÁ CERCADO ”

(in DIARIO DE NATAL, 2008)

O dia 1º de abril de 1964, em Natal, amanheceu como todos os dias de um mês de inverno. Chovera pela madrugada, mas um sol tímido enxugava umas poucas poças de água nas ruas calçadas a paralelepípedo. Asfalto só na avenida Hermes da Fonseca entrando pela rua Potengi até a praça Pedro Velho.

Nós estudantes do primeiro ano de Medicina, chegamos cedo à sala de aula no chamado “anatômico” do prédio novo da Faculdade de Medicina, na avenida Nilo Peçanha, vizinho ao Hospital Miguel Couto.

O prédio havia sido inaugurado poucos dias antes. Em 5 de março, o ministro da Educação do Governo João Goulart, Julio Sambaquy, com uma grande comitiva fizera a inauguração do prédio que começara a ser construído em 1956. Aliás a construção da sede própria da Faculdade de Medicina tivera lances no mínimo inusitados. A planta fora desenhada pelo professor de Ortopedia Eudes Caldas Moura bem no estilo funcional, um avanço na arquitetura da época. Como nas Universidades dos países desenvolvidos, nos extensos corredores existiam armários embutidos para todos os estudantes colocarem seus pertences, livros, material de estudos e batas. O engenheiro encarregado era Nuca, Dr. Manoel Coelho e o mestre de obras primeiro foi seu Álvaro, o construtor do Hospital e depois o mestre Fininho.

Os oito anos de duração da construção se passaram num levanta-parede, derruba-parede a cada fim de semana, mas finalmente naquele início de março de 1964 estava sendo inaugurado, em clima festivo, com o início das aulas.

Minha turma era a 9ª a ingressar na Faculdade. No exame vestibular foram 209 candidatos para 25 vagas, a última das quais foi ocupada por mim, ainda adolescente e saído do curso científico do Colégio Marista, pré-vestibular do professor Joel Dantas e estagiário da redação do Diário de Natal, daí meu 10 em redação.

O Diretório de Medicina, aproveitando a visita do ministro da Educação, pediu o aumento das vagas, no que foi apoiado pelo Reitor Onofre Lopes que já autorizara a matrícula de mais oito além dos 25, que haviam sido aprovados no vestibular. Sambaquy, como bom político, autorizou na hora o aproveitamento de todos os candidatos que haviam sido reprovados unicamente em uma matéria, com a obrigação de que essa prova específica fosse feita no meio do ano. Entraram na nossa turma, por essa razão, mais 33 colegas que passaram a ser chamados de “turma Sambaquy”.

Pois bem, que estando tudo no mesmo marasmo provinciano, a turma assistindo aula de anatomia pelo professor Hiram Diogo quando chegam no anfiteatro do prédio novo, uma comissão de colegas veteranos, José Arruda, Ginani e uns outros que não me lembro bem.

Pediram licença a Dr. Hiram e nos comunicaram o golpe militar e a suspensão das aulas e nos convidaram para ir até a Prefeitura de Natal, a fim de realizarmos uma vigília cívica em defesa da Constituição brasileira, pois o Prefeito Djalma Maranhão havia instalado ali o Quartel da Legalidade.

Não sei quantos foram. Poucos alunos de Medicina de nossa turma tinham carro próprio. Foi uma debandada geral. A maioria foi pra casa estudar, pois o ensino era puxado. Subi ao pavimento superior, troquei de bata, deixei meus livros e quando cheguei ao estacionamento não havia mais um carro sequer.

Acompanhado do colega Laire nos dirigimos a pé para o prédio da Prefeitura, mas no caminho resolvemos entrar no Restaurante Universitário, sede do DCE, na avenida Deodoro, hoje um terreno baldio em frente ao supermercado Nordeste.

O prédio do Restaurante Universitário fora antes a AABB e tinha um grande salão e umas salas à esquerda de quem entrava, onde funcionava o Diretório Central de Estudantes da UFRN e junto a elas, havia um palco, uma parte mais elevada, de cimento, onde existia uma radiola dessas das pernas palito, sempre ligada numa emissora de rádio. Ficamos lá ouvindo o noticiário. A Radio Mayrink Veiga de vez em quando dava edições extraordinárias, mas a maioria nos dando uma falsa esperança de que a legalidade estava sendo mantida. De repente a Radio sumiu do ar. As outras mantinham programação musical normal. Foi quando ouvimos um oficial todo empertigado gritar de fora.

- Saia todo mundo. O DCE está cercado !

Lá fora um mundo de soldados armados com fuzis e metralhadoras formavam um extenso cordão, isolando o prédio. Saimos eu e Laire devagar pela avenida Deodoro até a residência do tio dele, Dr. Aldo Fernandes, por sinal, cônsul honorário do Chile e permanecemos um bom tempo ainda ouvindo o noticiário das emissoras, dessa vez tocando músicas marciais, anunciando a vitória militar.

Mais tarde saímos de lá, para casa. Laire morava no começo da Deodoro, perto da rádio Poti. Eu morava na rua Açú, logo depois do cinema Rio Grande.

Não me lembro de muito mais a partir daí. As trevas se abateram tanto sobre o povo brasileiro quanto sobre minha memória. Vagamente a gente sabia que estavam catando nossas lideranças. José Arruda, Ginani e Maria Laly, mas sem nenhum vínculo de amizade, pela falta de conhecimento e convivência, tudo ia ficando muito distante.

A partir daí, as trevas se abateram sobre o Brasil, tornando-se mais densas em 1968, quando os episódios das carteiras estudantis, os excedentes de Medicina, o acordo MEC-USAID, o recrudescimento da guerra do Vietnam e a revolução estudantil da Europa, fizeram com que a gente amargasse a mais cruel de todas as ditaduras. (Texto escrito para o jornal Diário de Natal, na edição que marcava os 40 anos do golpe militar. Não foi publicado.)



Inauguração da Faculdade de Medicina, no momento em que proferia seu discurso o prof. João Machado, diretor da unidade. Presentes, entre outras autoridades, o ministro da Educação, dr. Júlio Sambaqui e o Reitor Onofre Lopes